

**Mobilidade Internacional na Educação Superior em Países de Língua Portuguesa
– Análise preliminar sobre a política de mobilidade internacional no âmbito da
Universidade Federal do Pará – Brasil.**

Maria do Socorro C de Lima
Universidade Federal do Pará
socorro.lima@globocom

O presente artigo apresenta uma análise preliminar sobre a política de mobilidade internacional no âmbito da Universidade Federal do Pará – UFPA - Brasil, e tem sua origem no Projeto sobre a mobilidade internacional no âmbito do Brasil, de Portugal e Angola, cujo objetivo é o conhecimento sobre a realidade da internacionalização da educação superior em espaços institucionais de diferentes países de língua portuguesa, relacionadas com as tendências mundiais assumidas pela educação superior, assim como os seus desdobramentos nas políticas de acesso por meio da mobilidade internacional.

Esse artigo considera que as mudanças ocorridas no cenário internacional e nacional, nas últimas décadas, particularmente aquelas relativas ao âmbito da educação superior são de grande relevância para a compreensão das políticas adotadas pela Universidade Federal do Pará, conduzidas na especificidade das ações desenvolvidas pela Pró-Reitoria de Relações Internacionais (Prointer).

A compreensão da política concernente a essa temática, nas sociedades atuais, exige que se considerem as transformações ocorridas no cenário internacional e nacional, nas últimas décadas, as quais imprimiram mudanças significativas no papel e nas funções da Universidade em âmbito mundial. Daí a necessidade de analisar como essas mudanças têm sido operadas no âmbito da UFPA, em especial, compreender as implicações desse processo no acesso de estudantes nesse nível de ensino por meio de programas de mobilidade internacional, nos últimos anos.

Palavras Chave: Mobilidade Internacional – Política e Organização de Ensino Superior.

1. Internacionalização, transnacionalização e Processo de Bolonha – um cenário entre fronteiras.

A circulação das ideias e da cultura universitária pode ser considerada como precursora das atuais práticas intensivas de internacionalização, mesmo considerando a sua matriz histórica comum (Lima *et al.*, 2008). No entanto a internacionalização não deve ser confundida com a mera presença de instituições ou grupos de instituições em vários países além dos de origem e sim, como marco das relações entre as Universidades, uma vez que por sua natureza de produtora de conhecimento, a Universidade sempre teve como norma a internacionalização da função pesquisa e em dias atuais a internacionalização do ensino se fortifica no panorama mundial.

Muitos documentos versam sobre as concepções teóricas de internacionalização e conforme assinala Marília Morosini (2006), há os que se detêm na relação universidade e conhecimento e os mais específicos, que buscam definir aspectos como globalização, internacionalização, transnacionalização. Para a autora, a internacionalização da educação superior é de complexa conceituação, pois apresenta uma diversidade de termos relacionados.

José Dias Sobrinho (2005) destaca que há diferenças entre os processos de internacionalização e de transnacionalização do ensino superior. Conforme descreve o autor, a primeira corresponderia à cooperação acadêmica, à solidariedade interinstitucional e à liberdade de pensamento, enquanto a segunda segue os preceitos da lógica do mercado, da mercantilização da educação como um produto negociável que se submete às regras do comércio e da concorrência.

Marvin Bartell (2003, citado por Morosini, 2006, p.115) conceitua internacionalização “como trocas internacionais relacionadas à educação e a Globalização como uma avançada fase no processo que envolve a internacionalização”. Assinala o autor a existência de diversas formas de realizar a internacionalização, entre elas: a presença de estudantes de estrangeiros através de convênios; a realização de projetos de pesquisa internacionais cooperativados; as associações internacionais envolvendo consultoria para universidades estrangeiras e outras instituições; a cooperação internacional e colaboração entre escolas, conselhos e faculdades na universidade e o grau de imersão internacional no currículo.

Nessa perspectiva, a internacionalização envolve a produção e difusão do conhecimento e se expressa pelas diferentes formas de intercâmbio entre instituições,

pela mobilidade de estudantes e professores. O processo foi intensificado contemporaneamente em razão do desenvolvimento tecnológico que possibilita a interconexão das instituições e a constituição de redes de comunicação que permitem o acesso imediato a informações.

A transnacionalização do ensino superior evoca o serviço para o benefício privado do capital local e para o mercado global, sem fronteira física e sem pátria. É movida por motivações econômicas e não de cooperação institucional ou acadêmica. Nesse sentido é um processo relacionado ao projeto neoliberal de Universidade e ocorre sob a tutela da Organização Mundial do Comércio (OMC), no âmbito do Acordo Geral sobre o Comércio de Bens e Serviços (AGCS). Tal como assinala Boaventura de Sousa Santos (2005) a educação é um dos doze serviços contemplados por este acordo, que tem por objetivo promover a liberalização do comércio de serviços por meio da eliminação progressiva das barreiras comerciais.

No marco regulatório do Acordo Geral sobre o Comércio de Bens e Serviços, os serviços educativos assumem caráter lucrativo e transnacional realizando por meio de quatro alternativas de oferta de serviços universitários mercantis: (i) oferta transfronteiriça (a educação a distância, a aprendizagem *on line* etc.); (ii) consumo no exterior (com o movimento transnacional do consumidor); (iii) presença comercial (o provedor estabelece instalações comerciais em outros países) e (iv) movimento de pessoas físicas, com deslocamento temporário de professores ou pesquisadores a outros países para prestação de serviços educativos.

Observado nesta ótica, o ensino superior é caracterizado como uma mercadoria e, conseqüentemente, objeto passível de comercialização e de exportação ao mercado globalizado e nesse sentido deve incorporar uma das lógicas do mercado que é a capacidade de competir. Um mercado competitivo de educação superior, como assinala Licínio Lima *et al* (2008, p.14), “requer um mínimo de regulação relativa ao estabelecimento das grandes regras do jogo competitivo e da inclusão das instâncias competidoras, da estrutura comum dos serviços a prestar, dos critérios de avaliação da sua qualidade e da informação a prestar aos consumidores”.

Nesse contexto com padrões transnacionais de modelo mercantil, os modos de governo e de gestão universitário alteram-se com a entrada de aspectos estruturantes como massificação e democratização no acesso; a diversificação de percursos acadêmicos e a alteração nos regimes de autonomia; a busca de fontes alternativas de financiamento e a perda de exclusividade como fonte de conhecimento. E é neste

contexto que na Europa passar a existir a necessidade de criação do Espaço Europeu de Ensino Superior, no qual o Processo de Bolonha constitui-se em uma política educacional supranacional, comum aos estados-membros da União Europeia, que de acordo com José Dias Sobrinho “era estratégico criar uma universidade européia para as necessidades européias.” (2005, p.172).

A Declaração de Bolonha provocou na Europa um movimento com extraordinária repercussão no plano social, cultural e econômico, cognominado por Processo de Bolonha que tem como objetivo principal a edificação de um Espaço Europeu de Ensino Superior que viabilize: o aumento da competitividade e a atratividade em nível internacional do ensino superior europeu, a adaptação da formação dos graduados europeus às demandas do mercado de trabalho e o desenvolvimento de mobilidade interna e externa de estudantes graduados.

O desenvolvimento do Espaço Europeu de Ensino Superior objetiva a adoção de um sistema universitário homogêneo, compatível e flexível que permita aos estudantes e diplomados das Universidades Europeias uma maior mobilidade. Assim como em desenvolver níveis únicos de transparência e qualidade, mediante sistemas de avaliação, que o tornem atrativo e competitivo ao nível internacional dentro do atual processo de globalização.

Na formação profissional, passa a ser valorizado o esforço que o estudante deve despender para ter aprovação nas várias áreas que compõem o curso, e não somente as horas de aulas a que deve assistir. Do mesmo modo, altera-se a filosofia de estudo, valorizando mais a capacidade que o estudante revela ao utilizar as ferramentas de aprendizagem do que apenas a acumulação de conhecimentos. Conforme pontua José Dias Sobrinho (2005), o universo das profissões se tornou muito diversificado e complexo, o que faz com que os profissionais além de preparados para diferentes novas demandas do mercado, igualmente devem ter em condições de permanentemente se atualizar em face das mudanças e transformações que vão ocorrendo na economia, na sociedade e na ciência. Para além deste aspecto, os títulos, diplomas, certificações, habilitações profissionais, entre outros conhecimentos obtidos durante a vida acadêmica devem ser adicionados à licenciatura ou diploma acadêmico dos estudantes.

Para José Dias Sobrinho (2005), Espaço Europeu do Ensino Superior, desenvolvido no processo de Bolonha, trata-se da criação de uma sólida convergência na educação superior europeia, de forma a que esta atenda aos desafios trazidos pela globalização e para tal propósito é necessário adaptar os currículos ao mercado de

trabalho, impulsionar a mobilidade de alunos, docentes e pesquisadores, e tornar a educação superior atraente no mercado global.

2. A mobilidade estudantil como estratégia de internacionalização mundial da Educação Superior¹

A mobilidade estudantil não é um fenômeno novo no campo educacional, considerando que, desde a idade média, as populações universitárias eram bastante móveis, pois, segundo Charle e Verger (1996), naquela época, em tese, nenhuma fronteira se opunha à circulação dos homens tampouco à validade universal dos diplomas conquistados. No entanto, esse processo não englobava da mesma forma todas as universidades, ficando restrito às grandes universidades como Paris e Bolonha, pois eram as mais atrativas para os estudantes de diferentes localidades, tanto culturalmente, como por possuírem uma infraestrutura mais organizada do que as universidades de menor porte.

Embora a mobilidade estudantil não seja um fenômeno novo, ela é completamente reestruturada na contemporaneidade em decorrência do processo de globalização e das atuais estratégias de internacionalização do ensino superior. A mobilidade como fenômeno envolve, hoje, uma série de fatores e processos que estão na base do sistema produtivo e no cotidiano das pessoas, englobando todo o sistema de transporte, a gestão desses espaços, as interações espaciais até as dinâmicas geográficas específicas. A mobilidade não envolve, apenas, o movimento de deslocamento; ela é muito mais ampla, pois é social e envolve estruturas, meios, culturas e significados.

Lima e Maranhão (2009) assinalam que o fenômeno da internacionalização no setor educacional ocorre de duas formas: pela internacionalização ativa – quando os países mantêm políticas de Estado voltadas para atração e acolhimento acadêmico, oferecem serviços educacionais no exterior, abrangendo mobilidade de *experts* em áreas de interesse estratégico, exporta programas e instalam *campi* no exterior; e pela internacionalização passiva – que se caracteriza pela inexistência de uma política criteriosa para envio dos estudantes para o exterior e que os países possuem pouca capacidade instalada (recursos materiais e humanos) para o acolhimento e a oferta de serviços educacionais.

¹ Texto integrante do referencial teórico do Projeto sobre a mobilidade internacional no âmbito do Brasil, de Portugal e Angola.

O processo de mobilidade estudantil gera dividendos econômicos, uma vez que a atração dos estudantes internacionais também pode ser entendida como um comércio que gera divisas para os países que os recebem. Essas divisas são extremamente variadas, compreendendo as taxas de inscrições e anuidades que os estudantes têm que pagar nos países receptores, despesas com transporte, habitação, alimentação, saúde e lazer que são custeadas ou por suas famílias ou por bolsas de estudos, na maioria das vezes, provenientes dos países de origem desses estudantes.

Para Ianni (2005), com a crescente valorização do conhecimento, o Estado, as empresas e as famílias passam a valorizar os centros acadêmicos que fomentam pesquisas e formam profissionais cosmopolitas com elevadas chances de sucesso profissional. Segundo Aurélie Filippetti (2007) *apud* Lima e Maranhão (2009), os países reconhecidos pelo poder de atração e acolhimento acadêmico de estudantes, além de capitalizar recursos financeiros diretos e indiretos, têm, ainda, como vantagens: a) contribuir para ampliar a rede mundial de influência cultural e política; b) selecionar os melhores cérebros; c) beneficiar-se de mão de obra especializada; d) promover transferência de tecnologia; e) criar um ambiente de aprendizagem multicultural; e f) enfrentar a imigração não controlada.

Para ingressar nesse cenário competitivo, a União Europeia sentiu a necessidade de reestruturar a educação superior em face da exigência de integração dessas instituições históricas, ao novo projeto econômico e desafiador, imposto, especialmente, pelos Estados Unidos e Japão, com suas redes tecnológicas sofisticadas que dão base à economia mundial. Uma das primeiras iniciativas para criar um espaço educacional comum e revitalizar a educação superior foi o Processo de Bolonha (1999), no qual é evidenciada a mobilidade estudantil como uma estratégia viável para tornar os países europeus mais competitivos e assim, atrair estudantes de outras regiões do planeta.

Observa-se no momento atual, que a mobilidade estudantil, cada vez mais, se consolida como uma importante estratégia de internacionalização, e, por isso, vem sendo estimulada mundialmente, principalmente, por países com maior capacidade tecnológica e com condições de criar estruturas de acolhimento para os estudantes, e isso, conseqüentemente, se reveste em divisas econômicas e culturais para os países que os acolhem.

- Mobilidade estudantil no Brasil

A necessidade de se ajustar às novas demandas da economia mundial e a premência de integração ao sistema econômico global passaram a exigir dos países em desenvolvimento reformas na educação, considerado como uma estratégia essencial para melhorar a competitividade dos países. Para atender a esses novos requerimentos da sociedade contemporânea, várias estratégias foram desenvolvidas na área educacional, dentre elas, a internacionalização, utilizada como um dos mecanismos que permite maior intercâmbio de bens, serviços e informações entre as nações. O Brasil se insere nesse processo de internacionalização e, dentre os vários formatos que essa assume, a mobilidade estudantil se sobressai como uma das principais formas. Na América Latina, o Brasil se destaca como um dos países que mais envia estudantes ao estrangeiro, tendo, no período entre 2004 e 2008, apresentado um crescimento da ordem de 19,3%.

Dados mais recentes indicam que essa tendência de enviar estudantes ao exterior está sempre em crescimento no Brasil. O principal destino continua sendo os Estados Unidos, devido à relevância do inglês e ao número de parcerias firmadas entre instituições nacionais e americanas. Em 2010, de acordo com o Relatório anual da “Open Doors”, 8.786 brasileiros estavam matriculados nos Estados Unidos em escolas de ensino superior cursando graduação, pós-graduação ou inglês. O segundo principal destino, de acordo com o referido relatório, é a França, país europeu que mantém 631 convênios com universidades brasileiras e recebeu 2,9 mil alunos nos níveis de graduação e pós-graduação, no ano de 2010. Nos últimos 05 anos, o Canadá tem atraído, cada vez, mais estudantes do ensino médio porque, ao contrário dos EUA, permite que os intercambistas escolham a escola onde desejam estudar e a família com quem podem morar (Jordão; Lopes, 2011).

O Brasil, nos últimos anos, vem procurando se firmar no sentido de viabilizar a ampliação do processo de mobilidade estudantil externa. Como iniciativa, nesse campo, pode ser citado o programa de mobilidade estudantil que o Brasil se integrou recentemente, financiado pelo SANTANDER. Trata-se do programa de bolsa de estudo Santander Universidades (bolsas ibero-americanas para estudantes de graduação). Esse programa, com cinco anos de duração (2010 a 2015), se constitui em um dos

compromissos assumidos pelo Santander durante o II Encontro Internacional de Reitores realizado em Guadalajara, México em 2010.

O referido programa se propõe a desenvolver a mobilidade de estudantes de graduação durante seis meses entre universidades ibero-americanas e tem como objetivos fortalecer a internacionalização da atividade acadêmica, criar novas frentes de colaboração, reciprocidade, fortalecer o intercâmbio bilateral além de estreitar o relacionamento entre universidades dos países ibero-americanos mediante a construção de um espaço de conhecimento socialmente responsável.

Outra iniciativa de mobilidade estudantil externa é o Programa Bolsas Luso-Brasileiras Santander Universidades. Para a edição de 2011, foi definido como objetivo possibilitar a mobilidade internacional de estudantes universitários, regularmente matriculados em instituições de ensino superior, conveniadas ao Santander, para potencializar as relações acadêmicas entre os dois países, visando à criação de um espaço ibero-americano de educação superior. Para a sua viabilização, é exigida a celebração de convênios específicos de intercâmbio entre a instituição de origem (Brasil) e a instituição acolhedora (Portugal). A seleção dos alunos é feita pela instituição de ensino superior conveniada (país de origem), sendo a bolsa auxílio paga pelo Santander, cujo valor é definido em instrumento específico a ser celebrado com a instituição de ensino superior conveniada.

É válido considerar no âmbito da internacionalização, em uma perspectiva mais solidária as iniciativas do Ministério da Educação do Brasil de criar universidades no sentido de promover a integração com outros países e povos, mediante a oferta de educação superior. A Universidade Federal da Integração Latino-americana (Unila), aprovada pelo Congresso Nacional brasileiro (Lei nº 12.189, de 12 de janeiro de 2010), situa-se nessas iniciativas para incentivar a captação de estudantes estrangeiros. Essa instituição está localizada na cidade de Foz do Iguaçu, na fronteira argentina, brasileira e paraguaia e caracteriza-se por ser uma universidade de caráter internacional com metade dos alunos e professores brasileiros, e a outra metade, de estrangeiros. Outro traço inovador é o de ser uma universidade bilíngue (português e espanhol). O bilinguismo torna-se uma ferramenta-chave para a integração cultural e intelectual da comunidade acadêmica.

Outra iniciativa nesse campo da internacionalização, no país, é a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), que tem, entre os seus

objetivos, formar pessoas para contribuir com a integração do Brasil com países da África em especial com os membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Essa integração se realiza pela composição do corpo docente e discente, proveniente não só das várias regiões do Brasil, mas também de outros países e do estabelecimento e execução de convênios temporários ou permanentes com outras instituições da CPLP.

Essas experiências em desenvolvimento no Brasil, segundo Peixoto (2010), representa um movimento que caminha no sentido oposto da internacionalização como serviço, considerando que a proposta de cooperação solidária parte da iniciativa do governo brasileiro, sendo realizada em universidades situadas no Brasil e que estão submetidas a procedimentos de avaliação de qualidades que são também brasileiros.

A criação dessas universidades, com previsão de intercâmbio de estudantes de países diferenciados certamente ampliará a participação do Brasil no processo de internacionalização, não só enviando alunos ao exterior, mas no sentido inverso, recebendo alunos e se projetando assim no espaço social e cultural da América Latina e no Continente Africano.

- A política de mobilidade internacional no âmbito da Universidade Federal do Pará – Brasil.

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, da Universidade Federal do Pará – UFPA para o período 2011-2015, redefine sua missão e visão de futuro, suas políticas, diretrizes e objetivos estratégicos que passam a direcionar o processo decisório institucional. Em consonância com essas diretrizes e objetivos, assim como alinhada aos cenários e tendências em um ambiente global, nacional e regional, com o intuito de desenvolver uma política de relações internacionais, promovendo a internacionalização do ensino superior, da pesquisa e da extensão, criou a Pró-Reitoria de Relações Internacionais – PROINTER, cuja atuação prioriza a mobilidade acadêmica (docente e discente), com o objetivo de qualificar profissionais para competirem no mercado de trabalho cada vez mais globalizado.

Inicialmente os principais programas são: Erasmus Mundus, o Santander Universidades e o Projeto CAPES FIPSE. O Programa Erasmus Mundus funciona por meio de consórcios de Instituições Europeias e Brasileiras na área do Ensino Superior.

A UFPA faz parte de 5 consórcios: Rede do Porto – EBW e EBWII (Euro Brazilian Windows); Rede de Coimbra – ISAC (Improving Skills Across Continents); Rede de Munique - EUBRANEX e EUBRANEX II (European-Brazilian Network For Academic Exchange); Rede de Santiago de Compostela - EMUNDUS15 e Rede de Turim - EUBRAZIL START UP.

O convênio Santander Universidades destaca-se pelo apoio a projetos universitários e por seus programas de bolsas, fomentando o intercâmbio cultural, a ciência, a inovação e o empreendedorismo. Ao incentivar a pesquisa e a mobilidade de alunos e professores, o Santander Universidades contribui com a internacionalização da atividade acadêmica e com a transferência de conhecimento do campus para a sociedade. Nesse convênio, são contemplados quatro programas: Top China; Bolsas Luso-Brasileiras; Fórmula Santander e Top Espanha.

O Projeto CAPES FIPSE é mantido entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Fund for the Improvement of Post Secondary Education (Fipse), do Departamento de Educação dos Estados Unidos, a fim de promover a mobilidade estudantil e docente e a cooperação internacional, em áreas estratégicas de pesquisa.

Além dos programas e projetos já mencionados, a UFPA, em 2010, participou da criação do Instituto Brasil Europa (IBE) juntamente com outras universidades brasileiras e europeias. Esse Instituto visa ao fortalecimento da educação superior no Brasil por meio da promoção do conhecimento mútuo. O Instituto é parcialmente financiado pela Comissão Europeia. Entre as principais atividades, destacam-se a criação e manutenção de Portal Web; o estabelecimento de diálogo entre os parceiros por meio de eventos que promovam a discussão de temas de interesse comum; o incentivo a projetos de pesquisa colaborativos entre instituições brasileiras e europeias; a criação do programa de pós-graduação multi-institucional e multidisciplinar; a promoção de atividades de extensão à comunidade, entre outras propostas.

Há, ainda, conforme descreve o PDI uma iniciativa pioneira, apoiada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), que é o Programa Amazônia 2020. Este Programa, financiado pelo Banco Santander, busca promover a mobilidade de alunos e professores e a internacionalização da atividade acadêmica, além de incentivar o desenvolvimento da pesquisa científica e do empreendedorismo sustentável na Região Norte, beneficiando nove universidades federais: Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Amazonas

(UFAM), Universidade Federal Rural do Amazônia (UFRA), Universidade Federal do Tocantins (UFT), Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Universidade Federal do Acre (UFAC), Universidade Federal de Roraima (UFRR) e Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

No total, o Programa se propôs a beneficiar cerca de 100 mil estudantes, professores e demais membros da comunidade. Ele previu a distribuição de mais de 26 mil bolsas de estudos nacionais e internacionais para estudantes e professores até 2020. Além disso, um dos projetos que fazem parte dele é o Espaço Digital Santander Universidades, com o intuito de promover a inclusão digital em banda larga.

Uma análise preliminar aponta que para a Pró-Reitoria de Relações Internacionais (Prointer) da UFPA o intercâmbio estudantil é uma atividade que contribui para a formação acadêmica e cultural do estudante, uma vez que possibilita o acesso a uma nova visão de mundo, além do aperfeiçoamento de uma língua estrangeira e a comparação com outros sistemas de ensino.

A Universidade igualmente recebe estudantes estrangeiros uma das formas é o Acordo de Cooperação com a universidade de origem do estudante. Outra forma é por meio do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), administrado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) e pelo Ministério da Educação (MEC). Criado em 1965, o programa tem o objetivo de oferecer a estrangeiros, residentes em países em desenvolvimento, a oportunidade de cursar a graduação em uma das Instituições de Ensino Superior (IES) cadastradas no programa. Para participar, o estudante precisa estar inserido na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) ou apresentar o Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras), que é emitido por meio de exames na universidade em que o candidato requer a vaga.

Embora a Universidade Federal do Pará venha desenvolvendo iniciativas de internacionalização, no campo da mobilidade estudantil, mediante esse conjunto de programas, a sua inserção nesse processo pode ser considerada, ainda, embrionária.

Referências

Charle, Christophe, & Verger, Jacques (1996). *História das universidades*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.

- Dias Sobrinho, José (2005). *Dilemas da educação superior no mundo globalizado: Sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Ianni, O. (2005). *A sociedade global*. 12ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Jordão, C.; lopes, J. (2011). O melhor momento para estudar no exterior. *Revista ISTO É*. Edição de 16 de fev. Ano 35 n.2153, pp. 66-74.
- Lima, Licínio C.; Azevedo Mário Luiz, & Catani, Afrânio Mendes (2008). *O processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a Universidade Nova*. Avaliação. Campinas: São Paulo, v. 13, n. 1, 7-36.
- Lima, M. C.; Maranhão, C. M. do S. de A. (2009) O sistema de educação superior mundial: entre a internacionalização ativa e passiva. *Revista Avaliação*. Sorocaba, São Paulo, (Vol.14, n.3, pp. 583-610, nov)
- Morosini, Marília Costa. (2006). *Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior – Conceitos e práticas*. Educar, Curitiba, n. 28, p. 107-124. Editora UFPR.